

TERMO DE REFERÊNCIA**1. DO OBJETO**

1.1 - O presente Termo de Referência tem por objeto o registro de preços para eventual e futura aquisição gradativa, conforme a necessidade da Administração, de insumos odontológicos destinados ao provimento e manutenção dos consultórios odontológicos da Rede Municipal de Saúde Bucal, abrangendo as unidades de Atenção Básica e Média Complexidade, conforme especificações, quantidades e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

1.2 - DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

1.2.1 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.2.2 - O objeto desta contratação se enquadra na descrição **DE BENS COMUNS**, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por Edital, por meio de especificações usuais do mercado conforme o disposto no Artigo 6º, XIII, da Lei Federal N.º 14.133/2021 e no Estudo Técnico Preliminar.

1.2.3 - O Art. 40 da Lei 14.133, dispõe que o TR contenha as especificações do produto, preferencialmente, conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, durabilidade e segurança, porém o município ainda não se adequou para a adesão do mesmo.

1.3 QUANTITATIVO DOS INSUMOS ODONTOLÓGICOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE
1.	ÁCIDO FOSFÓRICO. GEL CONDICIONADOR ESMALTE E DENTINA 37%. TIXOTRÓPICO, NÃO ESCORRE DO LOCAL APLICADO, COM CORANTE AZUL QUE FACILITE SUA VISUALIZAÇÃO E CONTROLE DURANTE A APLICAÇÃO, BOA AFINIDADE COM ÁGUA, FÁCIL REMOÇÃO APÓS O CONDICIONAMENTO REGISTRO NA ANVISA. KIT COM 3 SERINGAS DE 2,5ML CADA	KIT	140
2.	ADESIVO UNIVERSAL AUTO CONDICIONANTE PARA ESMALTE E DENTINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, PASSO ÚNICO, BPA FREE, MDP POTENCIALIZADO. FRASCO COM 5ML	UNIDADE	90
3.	AGULHA GENGIVA DESCARTÁVEL CURTA TAM 25MM X 0,3MM (30G): ESPECIFICAÇÃO DESCARTÁVEL, CALIBRE 30G, CURTA; TAMANHO 25MM X 0,3MM; CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL; ESTÉRIL, SILICONIZADA E TRIBISELADA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE COM LACRE EM PLÁSTICO, TRAVA DE SEGURANÇA RESISTENTE. UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	250
4.	ÁLCOOL ETÍLICO 70%. FRASCO COM 1000ML	FRASCO	240
5.	ALGODÃO EM ROLETE DENTAL Nº02, 100% FIBRAS NATURAIS MACIO E ABSORVENTE. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	PC	2500
6.	ALICATE PERFURADOR AINSWORTH. PERFURA O LENÇOL COM 5 DIÂMETROS DIFERENTES; MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL; ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE. REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	05
7.	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA COM EPINEFRINA 2% 1:100.000. CADA ML CONTENDO 20 MG DE LIDOCAÍNA, ENVASADO EM TUBETE DE VIDRO. EMBALAGEM COM 50 TUBETES DE 1,8ML CADA.	CAIXA	1200
8.	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 3% COM EPINEFRINA. EMBALAGEM COM 50 TUBETES DE 1,8 ML CADA	CAIXA	1200
9.	ANESTÉSICO LOCAL TÓPICO. EM GEL. POTE COM 12G	POTE	60
10.	AVENTAL DESCARTÁVEL GRAMATURA 40 G, MANGA LONGA, COM FAIXAS, TAMANHO ÚNICO. PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	500
11.	BANDA MATRIZ DE AÇO. TAMANHO 0,05X5X500MM	UNIDADE	120
12.	BICARBONATO DE SÓDIO. PÓ, EXTRA FINO, PARA USO ODONTOLÓGICO. EMBALAGEM COM 250 G	FRASCO	60
13.	BROCA CIRÚRGICA EM AÇO PARA ALTA ROTAÇÃO 703	UNIDADE	150

14	BROCA DE GATES Nº 2, 32 MM. EM AÇO INOXIDÁVEL; BAIXA ROTAÇÃO; RESISTENTE À CORROSÃO NÃO OXIDANDO COM AS SUCESSIVAS ESTERILIZAÇÕES; CONTROLE NO ACESSO AO CANAL; PARA TODOS OS TIPOS DE CONDUTOS; REGISTRO ANVISA	UNIDADE	50
15	BROCA DE GATES Nº 3, 32 MM. EM AÇO INOXIDÁVEL; BAIXA ROTAÇÃO; RESISTENTE À CORROSÃO NÃO OXIDANDO COM AS SUCESSIVAS ESTERILIZAÇÕES; CONTROLE NO ACESSO AO CANAL; PARA TODOS OS TIPOS DE CONDUTOS; REGISTRO ANVISA	UNIDADE	30
16	BROCA DE GATES Nº 4, 32 MM. EM AÇO INOXIDÁVEL; BAIXA ROTAÇÃO; RESISTENTE À CORROSÃO NÃO OXIDANDO COM AS SUCESSIVAS ESTERILIZAÇÕES; CONTROLE NO ACESSO AO CANAL; PARA TODOS OS TIPOS DE CONDUTOS; REGISTRO ANVISA	UNIDADE	30
17	BROCA DE TUNGSTÊNIO MINICUT, FINO 1025, PARA PEÇA DE MÃO	UNIDADE	5
18	BROCA ESFÉRICA DIAMANTADA Nº 1014 HL PARA ALTA ROTAÇÃO.	UNIDADE	240
19	BROCA ESFÉRICA DIAMANTADA Nº 1016 HL PARA ALTA ROTAÇÃO.	UNIDADE	240
20	BROCA ESFÉRICA DIAMANTADA Nº1016 PARA ALTA ROTAÇÃO.	UNIDADE	120
21	BROCA MULTILAMINADA 12 LÂMINAS Nº283, PARA ALTA ROTAÇÃO	UNIDADE	60
22	BROCA ESFÉRICAS DIAMANTADA Nº1014 PARA ALTA ROTAÇÃO.	UNIDADE	120
23	BROCA ESFÉRICAS DIAMANTADA Nº1012 PARA ALTA ROTAÇÃO.	UNIDADE	120
24	CABO PARA ESPELHO CLÍNICO. FABRICADO EM AÇO INOX. AUTOCLAVÁVEL. CABO OITAVADO. TAMANHO: 13CM. REGISTRO ANVISA	UNIDADE	80
25	CAIXA PARA APARELHO. CONFECCIONADAS EM POLIPROPILENO; COM TAMPA ARTICULADA. PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	30
26	CALCADOR DE PAIVA. AÇO INOX. AUTOCLAVÁVEL. Nº 1.	UNIDADE	4
27	CALCADOR DE PAIVA. AÇO INOX. AUTOCLAVÁVEL. Nº 2.	UNIDADE	4
28	CALCADOR DE PAIVA. AÇO INOX. AUTOCLAVÁVEL. Nº 3.	UNIDADE	4
29	CALCADOR DE PAIVA. AÇO INOX. AUTOCLAVÁVEL. Nº 4	UNIDADE	4
30	CARBONO DUPLA FACE. DUPLA FACE (VERMELHO E PRETO). MEDIDAS 76X22 MM. LATA RESISTÊNCIA À TRAÇÃO, ESPESSURA ULTRAFINA (19 MICRAS). PELÍCULA DE POLIETILENO, HIDROFÓBICA, REGISTRO NA ANVISA. EMBALAGEM 280 FOLHAS	CAIXA	20
31	CIMENTO CIRÚRGICO. COMPOSIÇÃO: PASTA BASE: ÁCIDOS GRAXOS, RESINA NATURAL, RESINA SINTÉTICA, ÓLEO MINERAL, TIMOL, CERA NATURAL. PASTA ACELERADORA: ÓLEO MINERAL, ÓLEO VEGETAL, ÓXIDO DE ZINCO, ÓXIDO DE MAGNÉSIO, TIMOL, BHT. REGISTRO NA ANVISA. KIT COM 90 G DE BASE + 90 G DE CATALIZADOR.	KIT	12
32	CIMENTO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, FÁCIL MISTURA, COLORAÇÃO SEMELHANTE À DENTINA.	KIT	120
33	CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO RESTAURADOR FOTOPOLIMERIZÁVEL. COMPOSIÇÃO: MONÔMEROS METACRÍLICOS (DIMETACRILATO DE TRI ETILENOGLICOL - TEGDMA, URETANODIMETACRILATO - UDMA), INICIADORES, CO-INICIADORES, CONSERVANTES, PIGMENTOS, CARGAS E PÓ DE IONÔMERO DE VIDRO; RESISTÊNCIA A FLEXÃO; RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO; ESTABILIDADE DE COR APÓS POLIMERIZAÇÃO; COR OPACA UNIVERSAL. REGISTRO NA ANVISA. EMBALAGEM COM 1 SERINGA COM 2,5 G E PONTEIRAS AVULSAS.	EMBALAGEM	720
34	CIMENTO OBTURADOR ENDODÔNTICO. COMPOSIÇÃO: PÓ: TRI ÓXIDO DE BISMUTO; HIDRÓXIDO DE CÁLCIO; UROTROPINA E DIÓXIDO DE TITÂNIO. RESINA: EPÓXI. OBTURA OS CANAIS MAIS COMPLEXOS; EXCELENTE ADESIVIDADE E CAPACIDADE DE VEDAMENTO; BOA VISUALIZAÇÃO RADIOGRÁFICA; ÓTIMO ESCOAMENTO; CONSERVAR A TEMPERATURA AMBIENTE E AO ABRIGO DE CALOR, LUZ E UMIDADE; REGISTRO ANVISA. EMBALAGEM COM:1 FRASCO COM 8G DE PÓ;1 BISNAGA COM 9G DE RESINA.	KIT	50
35	COMPRESSA DE GAZE NÃO ESTÉRIL, FIOS 100%, ALGODÃO, ALVEJADAS E ISENTAS DE IMPUREZAS, SUBSTÂNCIAS GORDUROSAS, AMIDO, CORANTES CORRETIVOS E ALVEJANTES ÓPTICOS. TAMANHO 7,5X7,5CM (FECHADA),15X30 CM (ABERTA), 13 FIOS. PACOTE COM 500 UNIDADES.	PACOTE	500
36	CONE DE GUTTA PERCHA ACESSÓRIO R7, R8 E RS (SORTIDO). CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	30
37	CONE DE GUTTA PERCHA PRINCIPAL/STANDARD. UTILIZADO EM ENDODONTIA PARA OBTURAÇÃO DE CANAL DURANTE O TRATAMENTO. TAPPER 02. CAIXA COM 120 UNIDADES.	CAIXA	50
38	CONE DE GUTTA PERCHA SRF - SEQUENCE SORTIDO. CAIXA COM 60 UNIDADES: 30 UN #25/06 20 UN #35/04 10 UN #40/04	CAIXA	50

39	CUNHA DE MADEIRA ANATÔMICA, LIVRE DE FARPAS, SORTIDA. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	EMBALAGEM	75
40	DESCOLADOR DE MOLT Nº9	UNIDADE	15
41	DESINFETANTE DE CANAL PARAMONOCLOROFENOL. FRASCO COM 20 ML	FRASCO	50
42	DETERGENTE ENZIMÁTICO. COMPOSIÇÃO: 5 ENZIMAS, PROTEASE, AMILASE, LIPASE, PROTEASE SUBTILISIN (LIQUINASE), CARBOHIDRASE; PH NEUTRO: 6,5 A 7,5; DILUIÇÃO MÁXIMA DE 2 ML DE PRODUTO POR 01 LITRO DE ÁGUA. REGISTRO NA ANVISA. FRASCO COM 1000 ML.	FRASCO	45
43	EDTA TRISSÓDICO LÍQUIDO. FRASCO COM 20 ML	FRASCO	20
44	ESPELHO CLÍNICO Nº5, PRIMEIRO PLANO FRONT SURFACE. POSSUI SUPERFÍCIE ESPELHADA NO 1º PLANO (FRONT SURFACE) QUE EVITA IMAGEM FANTASMA. REFLEXÃO DE IMAGEM E DE (LUZ E FORMA) 98%, SEM DISTORÇÃO. REGISTRO ANVISA	UNIDADE	600
45	EUCALIPTOL/ÓLEO DE LARANJA. SOLVENTE DE GUTA PERCHA. FRASCO COM 10ML.	FRASCO	50
46	FILME RADIOGRÁFICO PERIAPICAL ADULTO. VELOCIDADE INTERMEDIÁRIA (VELOCIDADE E). COMPATIBILIDADE COM OS MÉTODOS DE PROCESSAMENTO MANUAL E AUTOMÁTICO. VALIDADE: 2 ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. REGISTRO ANVISA CAIXA COM 150 UNIDADES	CAIXA	15
47	FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ Nº102. TECNOLOGIA MICRO FUROS. EMBALAGEM COM 30 UNIDADES.	CAIXA	30
48	FIO AGULHADO. MEDIDAS: 4/0 - 25MM - 3/8; ESTERILIZADO POR RAIOS GAMA DE COBALTO 60; EMBALADOS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO; FIO: NYLON - MONOFILAMENTO PRETO; AGULHA: AÇO INOX. REGISTRO NA ANVISA. CAIXA COM 24 UNIDADES.	CAIXA	200
49	FITA TEFLON. COMPOSIÇÃO: POLITETRAFLUORETILENO; DIMENSÕES DA FITA: LARGURA: 18MM, ESPESSURA: 0,07MM; RESISTENTE A ÁCIDOS, OUTROS REAGENTES, ADESIVOS E RESINAS COMPOSTAS; ATÓXICO. REGISTRO ANVISA. UNIDADE COM 50 METROS.	UNIDADE	20
50	FIXADOR DE PRÓTESES DENTÁRIAS. CREME FIXADOR. SEM SABOR. REGISTRO NA ANVISA. EMBALAGEM COM 40 G.	FRASCO	250
51	FIXADOR LÍQUIDO PARA RADIOGRAFIAS REVELAÇÃO: MANUAL. COMPOSIÇÃO: BISSULFITO DE SÓDIO, SULFATO DE ALUMÍNIO E AMÔNIA. PRONTO USO. COR: INCOLOR. VALIDADE: 1 ANO A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. FRASCO COM 500 ML	FRASCO	80
52	FLUORGEL FOSFATO 1,23% ACIDULADO. SABOR TUTTI FRUTI, FRASCO COM 200 ML	FRASCO	30
53	FORMOCRESOL. FRASCO COM 10 ML	FRASCO	60
54	FRASCO PARA BIÓPSIA, TAMANHO: 15 ML. FABRICADO COM POLIESTIRENO CRISTAL E AS TAMPAS COM O POLIETILENO; FECHAMENTO POR MEIO DE PRESSÃO, COM SISTEMA ANTIVAZAMENTO	UNIDADE	250
55	GRAMPOS PARA ISOLAMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL, Nº 0, COM GARRAS. REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	10
56	GRAMPOS PARA ISOLAMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL, Nº 00, COM GARRAS. REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	4
57	GRAMPOS PARA ISOLAMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL, Nº 12A, COM GARRAS. REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	4
58	GRAMPOS PARA ISOLAMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL, Nº 13A, COM GARRAS. REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	4
59	GRAMPOS PARA ISOLAMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL, Nº 14, COM GARRAS. REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	4
60	GRAMPOS PARA ISOLAMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL, Nº 14A, COM GARRAS. REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	4
61	GRAMPOS PARA ISOLAMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL, Nº 200, COM GARRAS. REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	4
62	GRAMPOS PARA ISOLAMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL, Nº 201, COM GARRAS. REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	4
63	GRAMPOS PARA ISOLAMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL, Nº 202, COM GARRAS. REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	4
64	GRAMPOS PARA ISOLAMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL, Nº 203, COM GARRAS. REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	4
65	GRAMPOS PARA ISOLAMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL, Nº 205, COM GARRAS. REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	4
66	GRAMPOS PARA ISOLAMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL, Nº 206, COM GARRAS. REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	4
67	GRAMPOS PARA ISOLAMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL, Nº 207, COM GARRAS. REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	4
68	GRAMPOS PARA ISOLAMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL, Nº 208, COM GARRAS.	UNIDADE	

	REGISTRO NA ANVISA		4
69	GRAMPOS PARA ISOLAMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL, Nº 209, COM GARRAS. REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	4
70	GRAMPOS PARA ISOLAMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL, Nº 210, COM GARRAS. REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	4
71	GRAMPOS PARA ISOLAMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL, Nº 211, COM GARRAS. REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	4
72	GRAMPOS PARA ISOLAMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL, Nº 212, COM GARRAS. REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	4
73	GRAMPOS PARA ISOLAMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL, Nº 26, COM GARRAS. REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	4
74	GRAMPOS PARA ISOLAMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL, Nº 27, COM GARRAS. REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	4
75	GRAMPOS PARA ISOLAMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL, Nº 28, COM GARRAS. REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	4
76	GRAMPOS PARA ISOLAMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL, Nº W2A, COM GARRAS. REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	4
77	GRAMPOS PARA ISOLAMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL, Nº W56, COM GARRAS. REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	4
78	GRAMPOS PARA ISOLAMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL, Nº W8A, COM GARRAS. REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	4
79	HEMOSTÁTICO EM ESPONJA PRODUZIDO COM 100% DE COLÁGENO PORCINO. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES	CAIXA	180
80	HEMOSTÁTICO LÍQUIDO INCOLOR, COM EFEITO DE DURAÇÃO CURTA, 1 HORA. FRASCO COM 10 ML	FRASCO	45
81	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO P. A. MEDICAÇÃO INTRACANAL, 100% DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PURO NA FORMA DE PÓ. FRASCO COM 10G	FRASCO	20
82	INDICADOR BIOLÓGICO AUTOCONTIDO PARA MONITORIZAÇÃO DO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR SATURADO. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES.	CAIXA	24
83	INDICADOR QUÍMICO PARA MONITORAMENTO DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE, FÁCIL INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS, QUANDO A ESTERILIZAÇÃO FOR BEM SUCEDIDA A TINTA AZUL DO INDICADOR MUDARÁ PARA MARROM ESCURO. RESULTADO IMEDIATO APÓS A ESTERILIZAÇÃO. CAIXA COM 250 UNIDADES.	CAIXA	100
84	KIT CIRÚRGICO ESTÉRIL, EM TNT, GRAMATURA MÍNIMA 40G, CONTENDO: 2 AVENTAIS TAMANHO G, COM PUNHO EM ELÁSTICO, 1 CAMPO CIRÚRGICO FENESTRADO 0,90X1,20M; 2 CAMPOS CIRÚRGICOS 0,70X0,70M; 2 PROTETORES DE MANGUEIRA BRANCO COM ADESIVO AUTO COLANTE; 1 PROTETOR DE ALÇA BRANCO COM ADESIVO AUTO COLANTE; 1 PROTETOR DE ALÇA BRANCO COM ELÁSTICO; 2 TOALHAS DESCARTÁVEIS VISCOSE, 2 PROTETORES DE SUGADOR	KIT	300
85	KIT DE CONDENSADORES PARA ENDODONTIA EM NITI COM 4 UNIDADES: VERDE #0.35 #0.70; PRETO #0.40 #0.80; AMARELO #0.50 #1.00; AZUL #0.60 #1.20. DIÂMETROS PRECISOS; CONDENSADORES DUPLOS; CABOS ERGONÔMICOS; PONTAS DE NITI CALIBRADAS.	KIT	1
86	KIT DE HIGIENE BUCAL PERSONALIZADO, PARA ADULTOS, CONTENDO: 01 ESCOVA COM CERDAS FINAS, EXTRA MACIAS, ARREDONDADAS, COM NO MÍNIMO 500 CERDAS, CABO ANATÔMICO DE 17 CM, EMBALADA INDIVIDUALMENTE. 01 PASTA DE DENTE COM 1500 PPM DE FLÚOR, SABOR MENTA, EMBALAGEM DE 30G. 01 FIO DENTAL ENCRERADO, 50 M. ESTOJO COM ESTRUTURA RÍGIDA EM POLIPROPILENO E ADITIVADOS COM TAMP EM FORMATO DE PRISMA, PERSONALIZADO COM A LOGOMARCA DA PREFEITURA DE ITUIUTABA IMPRESSA NA FRENTE, COR AZUL ESCURO.	KIT	2500
87	KIT DE IRRIGAÇÃO E ASPIRAÇÃO. EM LIGA DE METAL CROMADO. AUTOCLAVÁVEL. EMBALAGEM COM 4 UNIDADES SENDO: 1 CÂNULA, 1 AGULHA FINA, 1 AGULHA MÉDIA E 1 AGULHA GROSSA.	KIT	8
88	KIT DE POLIMENTO E ACABAMENTO PARA RESINA ACRÍLICA, CONTENDO TRÊS PONTAS, SENDO UMA DE GRANULAÇÃO GROSSA, UMA DE GRANULAÇÃO MÉDIA E UMA DE GRANULAÇÃO FINA. ENCAIXE EM PEÇA DE MÃO	KIT	15
89	KIT DE PONTAS DE POLIMENTO E ACABAMENTO DE RESINA COMPOSTA, CONTENDO: 6 PONTAS NO FORMATO TAÇA, SENDO SUAS GRANULOMETRIAS: 2X GROSSA (BRANCA); 2X MÉDIA (AMARELA); 2X FINA (VERDE); 6 PONTAS NO FORMATO PONTA / TORPEDO, SENDO SUAS GRANULOMETRIAS:	KIT	80

	2X GROSSA (BRANCA); 2X MÉDIA (AMARELA); 2X FINA (VERDE); 6 PONTAS NO FORMATO LENTILHA, SENDO SUAS GRANULOMETRIAS: 2X GROSSA (BRANCA); 2X MÉDIA (AMARELA); 2X FINA (VERDE); PONTAS FABRICADAS EM SILICONE; SISTEMA "SNAP ON"; ACOMPANHA UM MANDRIL PARA ENCAIXE DAS PONTAS; PONTAS E MANDRIL AUTOCLAVÁVEIS.		
90	LENÇOL DE BORRACHA PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO, FABRICADO COM LÁTEX DE BORRACHA NATURAL, DIMENSÕES DE 13,5 X 13,5 CM E A ESPESSURA MÍNIMA DE 0,18MM, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE EM PACOTES ASSÉPTICOS SELADOS. CAIXA COM 26 UNIDADES	CAIXA	100
91	LIMA PARA USO EM MOVIMENTO RECIPROCANTE, POSSUI TRATAMENTO TÉRMICO DE SUPERFÍCIE BLUE COM CONTROLE DE MEMÓRIA (CM), POLIMENTO POR PLASMA - ELETROLÍTICO (ELECTROLYTIC PLASMA POLISHING). MOVIMENTO OSCILATÓRIO GIRANDO 150° NO SENTIDO ANTI-HORÁRIO / 30° NO SENTIDO HORÁRIO. PODEM SER UTILIZADAS COMO LIMA ÚNICA OU EM SEQUÊNCIA DE 3: LIMA 20/06: IDEAL PARA O 4º CANAL; LIMA 25/06: IDEAL PARA A MAIORIA DOS CASOS; LIMA 40/06: IDEAL PARA O CANAL PALATINO DE MOLARES SUPERIORES. SECCÃO TRANSVERSAL TRIANGULAR. PONTA INATIVA. TAPER 06 COM 25MM DE COMPRIMENTO. BLISTER COM 03 UNIDADES	CAIXA	60
92	LIMA TIPO K, Nº 10, 31MM. BLISTER COM 6 UNIDADES	CAIXA	50
93	LIMA TIPO K, Nº 6, 31MM. BLISTER COM 6 UNIDADES	CAIXA	50
94	LIMA TIPO K, Nº 8, 31MM. BLISTER COM 6 UNIDADES.	CAIXA	50
95	LIMAS ROTATÓRIAS LIMAS ROTATÓRIAS EM NITI CM (CONTROLE DE MEMÓRIA) BLUE. ALTAMENTE FLEXÍVEL, COM EXCELENTE RESISTÊNCIA E PODER DE CORTE; POSSUEM TRATAMENTO TÉRMICO DE SUPERFÍCIE COM CONTROLE DE MEMÓRIA; PONTA INATIVA, PARA MANTER A LUZ DO CANAL; BLISTER COM 04 UNIDADES DE 25MM: 57#15/04, #20/06, #25/06 E #35/04. VELOCIDADE E TORQUE:35/04, 25/06 E 20/06: VELOCIDADE 400 RPM TORQUE 2 N 15/04: VELOCIDADE 350 RPM TORQUE 2 N	CAIXA	80
96	LIMAS TIPO HEADSTROEM, 1ª SÉRIE, 25 MM. BLISTER COM 6 UNIDADES.	CAIXA	30
97	LIMAS TIPO HEDSTROEM, 1ª SÉRIE, 31 MM. BLISTER COM 6 UNIDADES.	CAIXA	30
98	LIMAS TIPO K, Nº 10 ,25 MM. BLISTER COM 6 UNIDADES.	CAIXA	50
99	LIMAS TIPO K, Nº 6, 25 MM. BLISTER COM 06 UNIDADES	CAIXA	50
100	LIMAS TIPO K, Nº 8 ,25 MM. BLISTER COM 6 UNIDADES.	CAIXA	50
101	LIXA DE AÇO INOX 4MM, CENTRO NEUTRO. EMBALAGEM COM 12 UNIDADES	EMBALAG EM	300
102	LUVAS DE PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICA. BORRACHA NATURAL (LÁTEX). PÓ BIOABSORVÍVEL ATÓXICO. LISA. AMBIDESTRA. REGISTRO ANVISA. TAMANHO PP. CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	800
103	LUVAS DE PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICA. BORRACHA NATURAL (LÁTEX). PÓ BIOABSORVÍVEL ATÓXICO. LISA. AMBIDESTRA. REGISTRO ANVISA. TAMANHO P. CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	500
104	LUVAS DE PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICA. BORRACHA NATURAL (LÁTEX). PÓ BIOABSORVÍVEL ATÓXICO. LISA. AMBIDESTRA. REGISTRO ANVISA. TAMANHO M. CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	800
105	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL. BORRACHA 100% NATURAL (LÁTEX). PÓ BIOABSORVÍVEL. MICRO TEXTURIZADA NA EXTREMIDADE DOS DEDOS. DESCARTÁVEL, USO ÚNICO. ESTÉRIL: ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA. ESPESSURA MÍNIMA: DE 0,10MM.	UNIDADE	500

	COMPRIMENTO MÍNIMO: DE 280MM. VALIDADE: 3 ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. REGISTRO ANVISA. TAMANHO 6,5		
10	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL. BORRACHA 100% NATURAL (LÁTEX). PÓ BIOABSORVÍVEL. MICRO TEXTURIZADA NA EXTREMIDADE DOS DEDOS. DESCARTÁVEL, USO ÚNICO. ESTÉRIL: ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA. ESPESSURA MÍNIMA: DE 0,10MM. COMPRIMENTO MÍNIMO: DE 280MM. VALIDADE: 3 ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. REGISTRO ANVISA. TAMANHO 7	UNIDADE	500
10	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL. BORRACHA 100% NATURAL (LÁTEX). PÓ BIOABSORVÍVEL. MICRO TEXTURIZADA NA EXTREMIDADE DOS DEDOS. DESCARTÁVEL, USO ÚNICO. ESTÉRIL: ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA. ESPESSURA MÍNIMA: DE 0,10MM. COMPRIMENTO MÍNIMO: DE 280MM. VALIDADE: 3 ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. REGISTRO ANVISA. TAMANHO 7,5	UNIDADE	300
10	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL. BORRACHA 100% NATURAL (LÁTEX). PÓ BIOABSORVÍVEL. MICRO TEXTURIZADA NA EXTREMIDADE DOS DEDOS. DESCARTÁVEL, USO ÚNICO. ESTÉRIL: ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA. ESPESSURA MÍNIMA: DE 0,10MM. COMPRIMENTO MÍNIMO: DE 280MM. VALIDADE: 3 ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. REGISTRO ANVISA. TAMANHO 8	UNIDADE	1000
10	MÁSCARA N95, COM CLIP NASAL, TIRAS ELÁSTICAS NAS ORELHAS, TRIPLA CAMADA.	UNIDADE	800
11	MÁSCARA N95, COM CLIP NASAL, TIRAS ELÁSTICAS NA CABEÇA, TRIPLA CAMADA.	UNIDADE	800
11	MICROAPLICADOR DESCARTÁVEL HASTE: DOBRÁVEL (1 DOBRA). MATERIAL DAS PONTAS: CERDAS DE NYLON. TAMANHOS REGULAR. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES REGISTRO ANVISA	EMBALAGEM	200
11	MTA (MINERAL TRIÓXIDO AGREGADO). BIOCOMPATÍVEL. ALTA RADIOPAVIDADE COM EXCELENTE VISUALIZAÇÃO RADIOGRÁFICA. FÁCIL MANIPULAÇÃO E ÓTIMO ESCOAMENTO. ÓTIMA EXPANSÃO DE PRESA E PERFEITO VEDAMENTO DO CONDUTO. LIBERAR ÍONS DE CÁLCIO. POSSUIR PROPRIEDADES BIOATIVAS. TEMPO DE PRESA ADEQUADO. BASE RESINOSA. FÁCIL REMOÇÃO COM SOLVENTES DE GUTA-PERCHA. REGISTRO ANVISA. EMBALAGEM COM 1 BASE DE 7,2G + 1 CATALISADOR DE 4,8G	KIT	5
11	ÓLEO LUBRIFICANTE UNISPRAY PARA MOTORES ODONTOLÓGICOS DE ALTA E BAIXA ROTAÇÃO COM BICO APLICADOR. EMBALAGEM COM 200 ML	UNIDADE	50
11	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 300*100	BOBINA	120
11	PASTA DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO COM PARAMONOCLOFENOL CANFORADO. ESTOJO CONTENDO 2 TUBETES COM 2,7G CADA DE PASTA DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO E COM PMCC E 2 TUBETES COM 2,2G DE GLICERINA.	KIT	5
11	PASTA PROFILÁTICA SEM ÓLEO. COM FLÚOR. SABOR MORANGO OU TUTTI FRUTI. EMBALAGEM COM 90G	UNIDADE	90
11	PEDRA DE AFILAR GOIVA, TRIANGULAR	UNIDADE	10
11	PERIÓTOMO RETO FLEXÍVEL. FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL E AUTOCLAVÁVEL. REGISTRO ANVISA	UNIDADE	10
11	PERIOTOMO DUPLO.PONTA ATIVA DURA. EM AÇO INOXIDÁVEL. AUTOCLAVÁVEL. REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	10
12	PINÇA CLÍNICA. EM AÇO INOX. AUTOCLAVÁVEL. 15 CM DE COMPRIMENTO. REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	80
12	PINÇA PORTA GRAMPO PALMER. AÇO INOXIDÁVEL. AUTOCLAVÁVEL. REGISTRO NA ANVISA	UNIDADE	10
12	PLACA DE VIDRO, DUAS FACES, POLIDA E DESPOLIDA, 10MM	UNIDADE	80
12	PLACA PARA MOLDEIRA DE BRUXISMO FORMATO: REDONDO. COR: TRANSLÚCIDA/TRANSPARENTE. ESPESSURA: 2,0MM. MATERIAL: PET-G (POLIETILENO TEREFTALADO MODIFICADO COM GLICOL). TAMANHO: Ø134MM.	CAIXA	15

	APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM COM 5 PLACAS. REGISTRO ANVISA		
12	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE Nº 30, ALTA ABSORÇÃO. EMBALAGEM COM 200 UNIDADES.	CAIXA	80
12	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE Nº 35, ALTA ABSORÇÃO. EMBALAGEM COM 200 UNIDADES.	CAIXA	80
12	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE Nº 40, ALTA ABSORÇÃO. EMBALAGEM COM 200 UNIDADES.	CAIXA	80
12	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE Nº 45, ALTA ABSORÇÃO. EMBALAGEM COM 200 UNIDADES.	CAIXA	80
12	PONTA DE ULTRASSOM G1, G2 E G3.		
12	MOVIMENTO ELÍPTICO DA PONTA, EFICIENTE NA REMOÇÃO DE CÁLCULO DENTAL. ROSCA INTERNA. KIT COM 3 UNIDADES	KIT	10
12	RÉGUA ENDODÔNTICA CALIBRADORA MILIMETRADA PLÁSTICA 30MM AUTOCLAVÁVEL	UNIDADE	10
13	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL 100% NANOPARTICULADA (ZIRCÔNIA E SÍLICA) PARA DENTINA, COR A2D. SERINGA COM 4G.	UNIDADE	120
13	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL 100% NANOPARTICULADA (ZIRCÔNIA E SÍLICA) PARA DENTINA, COR A3D. SERINGA COM 4G.	UNIDADE	120
13	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL 100% NANOPARTICULADA (ZIRCÔNIA E SÍLICA) PARA DENTINA, COR A3,5D. SERINGA COM 4G.	UNIDADE	120
13	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL 100% NANOPARTICULADA (ZIRCÔNIA E SÍLICA) PARA DENTINA, COR B1D. SERINGA COM 4G.	UNIDADE	40
13	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICRO PARTICULADA COR A2. COMPOSIÇÃO BÁSICA: MATRIZ ORGÂNICA À BASE DE UDMA (URETANO DIMETACRILATO), CONTENDO PARTÍCULAS DE CARGA DE DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO, DE TAMANHOS QUE VARIAM DE 0,02µM A 0,07µM, E PARTÍCULAS DE CARGA INORGÂNICA PRÉ-POLIMERIZADAS DE TAMANHOS QUE VARIAM DE 10 A 20 µM, SENDO O TAMANHO MÉDIO DAS PARTÍCULAS DE 0,04µM. REGISTRO NA ANVISA> SERINGA COM 4G.	UNIDADE	120
13	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICRO PARTICULADA COR A3. COMPOSIÇÃO BÁSICA: MATRIZ ORGÂNICA À BASE DE UDMA (URETANO DIMETACRILATO), CONTENDO PARTÍCULAS DE CARGA DE DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO, DE TAMANHOS QUE VARIAM DE 0,02µM A 0,07µM, E PARTÍCULAS DE CARGA INORGÂNICA PRÉ-POLIMERIZADAS DE TAMANHOS QUE VARIAM DE 10 A 20 µM, SENDO O TAMANHO MÉDIO DAS PARTÍCULAS DE 0,04µM. REGISTRO NA ANVISA> SERINGA COM 4G.	UNIDADE	120
13	RESINA COMPOSTA BULK FILL FLOW. COMPOSIÇÃO: MONÔMEROS URETANADIMETACRILICOS, ESTABILIZANTES, CANFOROQUINONA E CO-INICIADOR. COR A3. SERINGA COM 2G.	UNIDADE	120
13	REVELADOR LÍQUIDO PARA RADIOGRAFIAS COMPOSIÇÃO: ÁGUA, DIETILENO GLICOL, HIDROQUINONA E CARBONATO DE POTÁSSIO. PRONTO USO. VALIDADE: 1 ANO. INDICADO PARA TODOS OS FILMES INTRAORAIS. FRASCO COM 500ML	FRASCO	80
13	SODA CLORADA 2 A 2,5%. COMPOSIÇÃO: HIPOCLORETO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO DE SÓDIO, CARBONATO DE SÓDIO E ÁGUA. BICO DIRECIONADOR PARA APLICAÇÃO PRECISA. BOLINHAS ANTIDERRAPANTES PARA FIRMEZA DURANTE A APLICAÇÃO. CINTURA ANATÔMICA QUE AUXILIA NA PEGA DO PRODUTO. EMBALAGEM COM 1L.	FRASCO	200
13	SINDESMÓTOMO DUPLO, EM AÇO INOXIDÁVEL	UNIDADE	80
14	SUGADOR DESCARTÁVEL. TUBO CONFECCIONADO EM PVC MACIO, ATÓXICO, COLORIDO, VAZADO. EMBALAGEM COM 40 UNIDADES	PACOTE	750
14	SUGADOR CIRÚRGICO. EMBALAGEM COM 20 UNIDADES.	CAIXA	150
14	TOUCA DESCARTÁVEL. TOUCA SANFONADA, DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM TNT, 100% POLIPROPILENO DE ESTRUTURA FLEXÍVEL, PLANA E POROSA, POR PROCESSO AUTOMATIZADO, DIÂMETRO:50X50; GRAMATURA :20. EMBALAGEM COM 100 UNIDADE	EMBALAGEM	180
14	VASELINA SÓLIDA. POTE COM 90 G.	FRASCO	10

1.4 DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

1.4.1 A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contados a partir da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogada, nos termos e limites previstos na Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade

para a Administração.

1.5 DO LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

1.5.1 Os itens deverão ser entregues no Almoxarifado Central, no seguinte endereço: Rua João Quirino de Moraes, nº 319, Bairro Platina localizada - CEP 38302-312, nos horários das 08:00hs às 11:00hs e de 13:00hs às 16:00hs em dias úteis, de 2ª a 6ª feira.

1.5.2 Além da entrega no endereço indicado, a CONTRATADA deverá realizar o descarregamento dos materiais no local indicado por servidor responsável da Secretaria Municipal de Saúde, responsabilizando-se integralmente por eventuais danos causados durante o transporte e a descarga.

1.5.3 O número da Nota de Empenho e da Autorização de Fornecimento deverá constar, obrigatoriamente, em cada Nota Fiscal apresentada. Não serão aceitas entregas cujo objeto e/ou documentação fiscal estejam em desacordo com o que foi empenhado.

1.5.4 Os materiais entregues poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando não atenderem às especificações técnicas previstas neste Termo de Referência ou na proposta apresentada, devendo ser substituídos pela CONTRATADA no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação formal, sem ônus adicional para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

1.5.5 Em caso de atraso na entrega, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente o Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Saúde, de forma imediata, apresentando justificativa e documentação comprobatória dos motivos que impediram o cumprimento do prazo.

1.5.6 Caberá à CONTRATADA arcar com todos os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento, inclusive despesas com transporte, seguros, tributos, taxas e quaisquer outros encargos necessários à perfeita execução do objeto.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Considerando a essencialidade dos serviços públicos de saúde e a necessidade de garantir a continuidade do atendimento odontológico à população usuária do Sistema Único de Saúde - SUS, faz-se indispensável o fornecimento contínuo e regular de insumos odontológicos utilizados nos atendimentos realizados pela Rede Municipal de Saúde Bucal. Esses atendimentos abrangem desde procedimentos básicos, como restaurações, profilaxias e extrações, até procedimentos de média complexidade, incluindo cirurgias, atendimentos de urgência e realização de biópsias. A presente contratação também contempla os materiais necessários à ampliação da oferta de serviços, com a implantação do tratamento endodôntico (tratamento de canal), além dos procedimentos já executados pela rede municipal.

2.2 Registra-se que, em 22 de dezembro de 2023, foi publicado o Edital nº 131/2023, visando à realização de pregão eletrônico para registro de preços destinado à aquisição de materiais odontológicos para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

2.3 O certame, realizado em 15 de janeiro de 2024, resultou no fracasso de diversos itens considerados essenciais, além da posterior aplicação de penalidades a duas empresas contratadas, em razão do descumprimento das obrigações assumidas. Tais ocorrências comprometeram o fornecimento regular de insumos, exigindo o racionamento de materiais, com reflexos diretos na redução da capacidade produtiva dos consultórios odontológicos e na suspensão de determinados procedimentos ofertados à população.

2.4 A vigência das atas de registro de preços oriundas do referido pregão encerrou-se em 31 de dezembro de 2024, sendo que o estoque remanescente atualmente disponível é suficiente apenas para atendimento por período limitado. Diante desse cenário, justifica-se a necessidade imediata de instauração de novo processo licitatório, na modalidade registro de preços, para assegurar o abastecimento regular de insumos odontológicos e a continuidade dos serviços prestados pela

Rede Municipal de Saúde Bucal.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 As empresas deverão atender aos requisitos mínimos exigidos:

3.1.1 Comprovar aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação, mediante apresentação de ao menos 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado. Caso o atestado seja emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá conter firma reconhecida de quem o subscreveu.

3.1.2 Atender aos requisitos de habilitação previstos no art. 62 da Lei n.º 14.133/2021, sendo que as condições específicas serão detalhadas no Edital.

3.1.3 Possuir todas as certificações, autorizações, registros e licenças pertinentes à atividade exercida e exigidas pelos órgãos de regulamentação e fiscalização da área.

3.2 No caso de fornecimento de materiais sujeitos à regulação sanitária, estes deverão possuir registro ou notificação válidos junto à ANVISA, conforme a natureza do produto, e apresentar prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a contar da data da entrega. O prazo de validade será verificado no ato do recebimento, devendo, preferencialmente, constar na Nota Fiscal a identificação dos lotes e respectivas validades para conferência.

3.3 Os produtos devem ser novos, de primeira linha, de alta qualidade e em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes, atendendo aos regulamentos da ABNT, INMETRO e ANVISA, quando aplicável.

3.3.1 Quando aplicável, os itens devem estar em embalagem apropriada ao método de esterilização que permita abertura e transferência asséptica, mantendo a integridade do produto e sua esterilização até o momento do uso. a embalagem externa deve trazer os dados de identificação, procedência, número de lote, data da validade e número do registro no MS. O produto deve seguir a norma técnica da ABNT NBR 13904/2003, se aplicável.

3.3.2 Os itens deverão estar acondicionados em embalagem original, lacrada, inviolável, sem avarias, umidade ou aderência ao produto. As embalagens devem ser adequadas à conservação dos itens e conter, obrigatoriamente, informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa, incluindo: nome do produto, marca, modelo, número do lote, data de fabricação, prazo de validade, composição, quantidade, instruções de uso, informações de segurança, riscos à saúde e à segurança dos consumidores, garantia, preço, origem, procedência, nome do fabricante e respectivo CNPJ.

3.4 Caso o fabricante ou o produto seja interditado, tenha seu registro cancelado pela ANVISA ou sua fabricação seja descontinuada durante a vigência da ata de registro de preços, a empresa deverá apresentar proposta de substituição com item equivalente da mesma marca, mediante protocolo prévio de documentação comprobatória e autorização expressa da Secretaria Municipal de Saúde, sem ônus para a administração.

3.5 Os licitantes deverão comprovar estrutura logística adequada para garantir a integridade e conservação dos materiais, especialmente no que se refere ao controle de temperatura, desde o armazenamento até o transporte e entrega. Eventuais danos, avarias ou irregularidades constatadas no recebimento deverão ser sanados com a imediata substituição do item, às custas do fornecedor, assegurando-se as condições sanitárias exigidas.

3.5.1 O descumprimento das obrigações previstas na cláusula 3.5 sujeitará o fornecedor às penalidades legais aplicáveis.

3.6 A contratada deverá executar o fornecimento dos itens em conformidade com as disposições contidas no Termo de Referência, Edital e seus Anexos, bem como nos termos da proposta apresentada, observando os aspectos qualitativos e quantitativos exigidos e mantendo, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas no procedimento licitatório.

3.7 Deverá cumprir integralmente a legislação federal, estadual e municipal aplicável, inclusive no que se refere às normas sanitárias, de vigilância, regulatórias e às posturas municipais que interfiram na execução do objeto contratado.

3.8 Os bens fornecidos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência ou apresentarem defeitos, danos ou vícios. Nestes casos, deverão ser substituídos de imediato ou no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da notificação da contratada, sem ônus para a Administração Pública, sem prejuízo da aplicação de penalidades cabíveis.

3.9 Todos os materiais fornecidos deverão ser novos, originais de fábrica, sem uso anterior, sem avarias e de primeira qualidade, sendo vedada a entrega de itens defeituosos, de qualidade duvidosa ou fora do padrão especificado.

3.10 O preço proposto deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento completo do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, transporte, seguros, instalação, entrega e descarregamento, salvo disposição diversa expressa no Edital.

3.11 O fornecedor deverá emitir Nota Fiscal/Fatura legível, sem rasuras, contendo de forma clara e discriminada todos os elementos do fornecimento, para fins de conferência e liquidação.

3.12 A contratada será integralmente responsável pela qualidade, quantidade e resistência dos materiais fornecidos, devendo providenciar, sempre que necessário, a correção imediata de deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela Contratante.

3.13 A contratada responderá objetivamente por quaisquer danos pessoais ou patrimoniais causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do fornecimento, independentemente de culpa, inclusive nos casos em que haja fiscalização ou acompanhamento técnico por parte da Administração.

3.14 A contratada deverá indenizar o Contratante e/ou terceiros pelos danos causados por ação ou omissão, dolosa ou culposa, ainda que na ausência de fiscalização, adotando medidas preventivas e observando rigorosamente as exigências legais e normativas aplicáveis.

3.15 O fornecedor deverá submeter-se à fiscalização da Contratante e cumprir todas as disposições legais vigentes relacionadas à execução do contrato.

3.16 Os endereços para entrega dos itens serão indicados pelas equipes técnicas da Contratante.

3.16.1 O prazo máximo para entrega dos materiais será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do envio da Nota de Empenho e/ou Ordem de Serviço à contratada. Ressalta-se que os itens se destinam também a procedimentos de média complexidade, incluindo cirurgias, atendimentos de urgência odontológica e biópsias, razão pela qual se faz necessária a entrega célere para não comprometer a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população.

3.17 O fornecedor será responsável pelos vícios e danos decorrentes do fornecimento, nos termos dos arts 12, 13, 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras disposições legais aplicáveis.

3.18 Da Garantia da Contrato

3.18.1 Não será exigida garantia do contrato, visto que, poderá implicar em restrição à competitividade e dificuldade na obtenção de uma proposta mais vantajosa para a administração pública.

3.19 Da subcontratação

3.19.1 Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual em nenhuma hipótese.

3.20. Critérios de Sustentabilidade:

3.20.1 As diretrizes de Sustentabilidade previstas neste termo baseiam-se na Lei nº 14.133/2021; no Art. 4º, incisos I, III, VI, Art. 4º do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012; Art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010; Art. 225º Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Observado as recomendações de

soluções economicamente viáveis previstas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU.

3.20.2 Com base no Art. 225º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e Art. 4º do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, são diretrizes gerais de sustentabilidade observadas neste termo:

- I. menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II. maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- III. uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- IV. origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

3.21 Da garantia da contratação

3.21.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

4. EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1 A contratada deverá manter estoque de quantidade suficiente dos materiais ofertados, de modo a garantir o atendimento imediato das demandas da Secretaria Municipal de Saúde, observando os prazos de entrega estabelecidos neste Termo de Referência.

4.1.1 As marcas ofertadas na proposta vencedora de cada item deverão ser as mesmas fornecidas durante toda validade do contrato.

4.1.2 Caberá ao licitante vencedor arcar com os custos diretos e indiretos.

4.2 Local de entrega dos Insumos odontológicos:

4.2.1 Os produtos deverão ser entregues diretamente na Rua João Quirino de Moraes, nº 319, Bairro Platina localizada - CEP 38302-312

4.2.2 A CONTRATADA, deverá enviar equipe suficiente para descarregar os produtos no local indicado.

4.2.3 O prazo de entrega será de no máximo 30 (trinta) dias após recebimento de autorização de fornecimento.

4.2.4 A Contratada deverá dispor de produtos que atendem integralmente à necessidade da presente contratação, cabendo a substituição daqueles que não atendam às exigências;

4.2.5 Observar, durante a execução às Normas e Legislação pertinente a presente contratação e consoante disposições contidas no presente termo de referência.

4.3 - Das condições de entrega.

4.3.1 Será avaliado o acondicionamento do objeto no momento da entrega. Desta forma, embalagens violadas, itens manchados, sujos, enferrujados, danificados ou com aparência duvidosa, não serão aceitos.

4.3.2 O número do Empenho e Autorização de Fornecimento deverá vir indicado em cada Nota Fiscal. Não serão aceitas entregas cujo objeto e/ou Nota Fiscal não estejam rigorosamente de acordo com o Empenho e Autorização de Fornecimento.

4.3.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação à contratada, às custas desta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3.4 - Os objetos a serem ofertados deverão ser de ótima qualidade e obedecer rigorosamente:

4.3.4.1 Às normas que regem a compra e venda de insumos odontológicos.

4.3.4.2 Às prescrições e recomendações dos fabricantes.

4.3.4.3 Deverá conter a apresentação dos insumos odontológicos sendo assim, assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa, sobre características, marca, procedência, número do lote, qualidade, composição, preço, garantia, prazo de validade, origem e outros, bem como sobre os riscos que apresentarem à saúde e à segurança dos usuários, quando for o caso.

4.4 Da Validade Do Produto

4.4.1 Os produtos deverão ser entregues com prazo de validade de no mínimo de 12 (doze) meses para o caso de insumos odontológicos com validade plena de mais de 01(um) ano. SEMPRE contados na data de entrega dos insumos na Secretaria de Municipal de Saúde.

4.4.2 Com a aplicação exclusiva a este prazo de validade, na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela instância gestora das atas de registro de preços dos produtos, o município, poderá em extrema excepcionalidade, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a imediata substituição, à vista da inviabilidade de utilização dos insumos no período de validade.

5 GESTÃO DO CONTRATO

5.1 A fiscalização do objeto da presente contratação pela Contratante será exercida por um profissional designado para tal finalidade, nos termos do art.140 da Lei nº 14.133/21, inciso I alínea (b), o objeto será fiscalizado mediante termo detalhado quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

5.2 Os fiscais e gestores são aqueles expostos no Decreto nº 11.741/2025.

5.3 A fiscalização acima mencionada não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou ainda, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios e, na ocorrência deste, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/21, inciso I.

5.4 O profissional designado receberá os itens, cabendo-lhe:

5.4.1 A conferência qualitativa e quantitativa dos itens, recusando-os caso não esteja dentro dos limites das especificações técnicas deste Termo de Referência;

5.4.2 Proceder de forma criteriosa à sua realização.

5.4.3 Prestar ao fornecedor qualquer tipo de esclarecimento quanto à identificação, quantidade ou qualidade das aquisições.

5.4.4 A CONTRATADA ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela Administração.

5.5 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.6 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.7 Os materiais deverão ser fornecidos fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas neste Termo de Referência e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

6.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável do recebimento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência.

6.1.1 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.2 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE até 30 (trinta) dias mediante a apresentação da Nota Fiscal, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser

realizado, conforme determina a legislação vigente.

6.3 O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancaria a favor de qualquer instituição bancaria indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explicito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

6.4 Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Imposto e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos, de acordo com a Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006.

6.5 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstancia que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar após a regularização da situação ou representação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

6.6 Os tributos e as contribuições fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias a entrega dos materiais são de responsabilidade da CONTRATADA, podendo a CONTRATANTE exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

6.7. Condições de aquisição e pagamento semelhantes as do setor privado:

6.7.1 Tendo em vista que não se aplica ao objeto licitado a modalidade de pagamento antecipado, tampouco será realizado pagamento mediante cartão de crédito, tem-se por afastada a disposição constante no Art. 40, I da Lei 14.133/2021 que determina que sejam adotadas condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.

7. DO REAJUSTE

7.1. Os preços registrados são fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços. Caso, após esse período, seja formalizado contrato decorrente da Ata, o reajuste será aplicado mediante a utilização do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações cuja execução se inicie e se conclua após o transcurso da anualidade, conforme disposto no §3º do art. 92 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. A forma de seleção se dará por meio de LICITAÇÃO na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** para Sistema de Registro de Preço;

8.2. Será considerado primeiro classificado, o fornecedor que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital, apresentar o **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme fundamentado no tópico 9 do ETP.

8.3. Habilitação Jurídica:

8.3.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.3.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.3.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.3.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.3.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.3.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.4. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

8.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

8.4.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.4.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

8.4.6 Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

8.4.7 Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativa conjunta junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

8.4.8 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.5. Habilitação Econômico-Financeira.

8.5.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

8.5.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

8.5.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.6 Qualificação-Técnica

8.6.1 O licitante deverá apresentar em no mínimo 01 (um) atestado de que já realizou o objeto licitado em outros locais, devendo ser considerado as características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação.

8.6.2 No caso de fornecimento de materiais sujeitos à regulação sanitária, a licitante deverá

comprovar que o fabricante dos produtos ofertados encontra-se regularizado junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), mediante apresentação dos seguintes documentos:

- 8.6.2.1 Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE), vigente, emitida pela ANVISA;
- 8.6.2.2 Comprovante de registro ou notificação do(s) produto(s) ofertado(s) na ANVISA, conforme legislação vigente.

8.7 Do Sistema de Registro de Preço

8.7.1 A presente contratação será por Sistema de Registro de Preços, nos termos dos Artigos 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133/2021, de acordo com o procedimento disposto neste Termo de Referência.

8.7.2 O Sistema de Registro de Preços encontra-se amparado pela (s) especificidades do objeto desta contratação, vejamos:

- a) Há necessidade de contratação permanente ou frequente em razão das características do objeto.
- b) O fornecimento dos materiais ocorrerá de forma parcelada, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, mediante emissão de Autorização de Fornecimento, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- c) É considerado o critério de julgamento da licitação, que será o de **MENOR PREÇO** sobre os preços praticados no mercado.

8.7.3 A vigência da ATA será de 12 (doze) meses, cabendo sua prorrogação conforme prevê a Lei nº 14.133, de 2021.

8.7.4 O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preço é a Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura de Ituiutaba-MG.

8.7.5 Não será permitida adesão à ata por outras instituições governamentais, cabendo a utilização somente da Secretaria Municipal de Saúde e suas unidades.

8.7.6 Os valores registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da Ata de Registro de Preços, exceto nas situações previstas em lei;

8.7.6.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e as disposições aqui dispostas.

8.7.6.2 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa registrada poderá solicitar a revisão ou repactuação dos preços, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no ajuste, além da demonstração em planilhas de custos.

8.7.6.3 Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados, passarão por análise contábil e jurídica da Administração, cabendo à autoridade competente a decisão sobre o pedido.

8.7.6.4 Deferido o pedido pela autoridade competente, o reequilíbrio econômico-financeiro será registrado por aditamento à Ata de Registro de Preços.

8.7.6.5 Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, de acordo com pesquisa de preços, mantendo-se pelo menos a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.7.6.6 Constatado pela Administração que o preço registrado em Ata de Registro de Preços vigente está superior à média dos preços de mercado, esta solicitará formalmente à empresa registrada a redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Conteúdo Sigiloso.

9.1 Justificativa para Adoção de Orçamento Sigiloso:

Conforme exposto no tópico 7.1 do ETP

9.1.1 A presente contratação adotará o regime de orçamento sigiloso, nos termos do artigo 24, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021. A decisão fundamenta-se na necessidade de resguardar o interesse público e de assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, especialmente considerando a natureza sensível e o volume expressivo da aquisição, que poderiam induzir a distorções de preços caso a estimativa fosse amplamente divulgada nesta fase.

9.1.2 A não divulgação prévia da estimativa visa evitar que os licitantes formulem suas propostas com base em valores previamente conhecidos, o que reduziria a competitividade real e comprometeria o alcance da economicidade. A manutenção temporária do sigilo força os participantes a analisarem com mais precisão sua estrutura de custos, promovendo propostas mais condizentes com sua realidade operacional e mais vantajosas para o Poder Público.

9.1.3 Tal medida encontra respaldo nos princípios da eficiência, do interesse público e da seleção da proposta mais vantajosa, conforme dispõe o caput do artigo 11 da Lei nº 14.133/2021. Ressalta-se que o sigilo não compromete a transparência do certame, pois será garantido o acesso aos valores estimados após a conclusão da fase competitiva, em estrita observância aos princípios da publicidade e do controle social.

9.1.4 Como aponta a doutrina especializada, a publicidade, embora essencial, não é um princípio absoluto, podendo ser ponderada com outros valores constitucionais e legais, como a eficiência, a economicidade e a proteção ao erário. O orçamento sigiloso atua, nesse contexto, como instrumento de equilíbrio entre a transparência e a obtenção de melhores resultados na contratação pública.

9.1.5 A adoção do orçamento sigiloso, portanto, visa mitigar riscos de sobrepreço, reduzir práticas especulativas e elevar a efetividade da contratação, assegurando que as propostas reflitam a real capacidade técnica, operacional e econômica dos licitantes. Trata-se de medida estratégica que fortalece a racionalidade administrativa e contribui para a proteção do interesse público.

9.1.6 O sigilo da estimativa será mantido apenas enquanto necessário para garantir o êxito do procedimento licitatório, sendo plenamente acessível aos órgãos de controle e, ao final do certame, aos interessados, conforme prevê o parágrafo único do artigo 24 da Lei nº 14.133/2021.

9.2 Cumpre observar que a pesquisa de preços foi conduzida em conformidade com o artigo 23 da Lei nº 14.133/2021 utilizando parâmetros confiáveis, conforme consta na cota de preços anexa ao processo administrativo licitatório.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A DOTAÇÃO QUE IRÁ ACOBERTAR A DESPESA COM A CONTRATAÇÃO:

01.08.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01.08.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0019.2.156 ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

DOTAÇÃO: 550

FR 1.600.000.0000 – TRANSF. DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

10.301.0019.2.156 ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

DOTAÇÃO: 550

FR 2.621.000.0000

RESOLUÇÃO SES/MG 8690/2023

EVENTO 001.121
C/C: 69962-4

10.301.0019.2.156 ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
DOTAÇÃO: 550
FR 2.621.000.0000
RESOLUÇÃO SES/MG 9448/2024
EVENTO 001.152
C/C: 69962-4

10.301.0019.2.156 ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
DOTAÇÃO: 550
FR 2.621.000.0000
RESOLUÇÃO SES/MG 10002//2025
EVENTO 001.229
C/C: 69962-4

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 A empresa fornecedora dos produtos será responsável pela substituição, troca ou reposição se, porventura, forem entregues com qualquer avaria ou incompatibilidade com as especificações deste Termo de Referência.

11.2 São de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), bem como todas as demais despesas que direta ou indiretamente incidam sobre o objeto contratado, tais como, embalagens, fretes, mão de obra, seguro, despesas administrativas e eventuais que possam surgir em decorrência da prestação do objeto licitado.

11.3 A CONTRATADA deverá arcar com encargos fixados pelas leis trabalhistas e previdenciárias, bem como aqueles referentes a acidentes de trabalho, FGTS e PIS, no que diz respeito a seus empregados envolvidos na prestação objeto, bem como treinamento e reciclagem dos funcionários.

11.4 A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação do momento da assinatura do contrato.

11.5 A CONTRATADA deverá providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE.

11.6 A entrega do objeto será fiscalizada por funcionário responsável pelo recebimento, o que não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pelo fornecimento, notadamente nos aspectos de qualidade, prazo de validade do produto, estado de conservação das embalagens, ou quaisquer outras alterações que venham interferir na qualidade do objeto ofertado.

11.7 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.8 Os produtos a serem fornecidos pela CONTRATADA devem estar devidamente inspecionados e aprovados pelos órgãos de fiscalização sanitária.

11.9 A CONTRATADA deverá permitir a fiscalização do objeto pela Secretaria Municipal de Saúde em qualquer tempo e mantê-la permanentemente informada a respeito do andamento dos mesmos.

11.10 A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE, comprovadamente, todas as mudanças de endereço (físico e eletrônico) e telefones (incluindo WhatsApp), sob pena de arcar com os prejuízos e/ou penalidades decorrentes da impossibilidade de ser contatada pela CONTRATANTE, para qualquer finalidade.

11.11 A CONTRATADA deverá comunicar por escrito a Secretaria Municipal de Saúde, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.

11.12 A CONTRATADA não poderá permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.13 A CONTRATADA não poderá contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.14 A CONTRATADA deverá cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (Art. 116);

11.15 A CONTRATADA deverá comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (Art. 116, parágrafo único);

11.16 A CONTRATADA deverá guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.17 A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.18 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.19 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

11.20 A CONTRATADA deverá manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares do CONTRATANTE, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;

11.21 A CONTRATADA deverá manter, ainda, os seus empregados identificados por crachá, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do CONTRATANTE;

11.22 A CONTRATADA deverá respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do CONTRATANTE;

11.23 A CONTRATADA deverá responder pelos danos causados diretamente à Administração do CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento dos materiais, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

11.24 A licitante vencedora ficará obrigada a garantir os padrões de qualidade, conforme as Normas Técnicas exigidas pelo órgão responsável do objeto deste Termo de Referência, as quais deverão ser respeitadas, conforme direitos do consumidor, obrigando-se a CONTRATADA a substituir o produto que estiver fora do padrão, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, até o efetivo atendimento da proposta.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Acompanhar e fiscalizar o fornecimento do objeto verificando minuciosamente, o prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

12.2 Informar à CONTRATADA sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a realização do fornecimento e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos.

12.3 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o fornecimento pactuado.

12.4 Comunicar, por escrito, à CONTRATADA, quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento do objeto, solicitando a sua regularização de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

12.5 Estando os fornecimentos de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, a CONTRATANTE efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos pactuados neste Termo de Referência.

12.6 A CONTRATANTE deverá acompanhar o prazo do fornecimento, exigindo que a CONTRATADA tome as providências necessárias para regularização do fornecimento, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei 14133/21 e demais cominações legais.

12.7 Comunicar, por escrito, à CONTRATADA a não realização do fornecimento do objeto, apontando as razões, quando for o caso, das suas não adequações aos termos contratuais.

12.8 Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

- i. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que, seja substituído, reparado ou corrigido;
- ii. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital;
- iii. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- iv. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/21, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no Art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição;
- v. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.
- vi. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como, o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei 14.133);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei 14.133);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei 14.133)
- iv) Multa:
 - (1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, calculado sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado.
 - (2) moratória de 20% (vinte por cento) em caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, calculado sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado.
 - (a) O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei 14.133)

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º da Lei 14.133).

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (Art. 157 da Lei 14.133).

14.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º da Lei 14.133).

14.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º da Lei 14.133):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (Art. 159 da Lei 14.133)

13.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (Art. 160 da Lei 14.133)

13.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161 da Lei 14.133).

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

14.1. O(A) CONTRATADO(A) deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do objeto, estando sujeito(a) às sanções previstas na legislação e conforme indicado a seguir:

- I. O(A) CONTRATADO(A) permitirá a Secretaria Municipal de Saúde a realização de inspeção em suas contas, registros e quaisquer outros documentos relativos à apresentação de ofertas e ao cumprimento do Contrato, e poderá submetê-los à auditoria realizada por pessoas designadas pelo respectivo Órgão;
- II. Para isso, o(a) CONTRATADO(A) deverá:
 - a) Manter todos os documentos e registros referentes ao objeto por um período de 10 (dez) anos após a conclusão dos trabalhos contemplados no respectivo contrato;
 - b) Entregar toda documentação necessária à investigação relativa à fraude e/ou corrupção, e disponibilizar os empregados ou agentes que tenham conhecimento do objeto para responder a indagações provenientes da Secretaria Municipal de Saúde ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor apropriadamente designado pela Secretaria Municipal de Saúde para a fiscalização ou auditoria dos documentos.

Parágrafo único caso o (a) CONTRATADO (A) não cumpra as exigências firmadas ou de qualquer maneira crie à Secretaria Municipal de Saúde obstáculos para a fiscalização, ou auditoria dos documentos, deverá esta, tomar medidas apropriadas para tanto.

- I. Caso ficar comprovado após procedimento administrativo da Secretaria Municipal

de Saúde que empregado do(a) CONTRATADO(A) ou de quem atue em seu lugar, quando for o caso, incorreu em práticas corruptas, a Secretaria Municipal de Saúde poderá declarar inidoneidade para participar de futuras Licitações ou Contratos ao(à) CONTRATADO(A) e/ou seus empregados envolvidos nas práticas corruptas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o(a) CONTRATADO(A) ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada;

II. Com os propósitos dessa disposição, considera-se:

- a) "Prática corrupta" - oferta, doação, recebimento ou solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de aquisição ou execução do Contrato;
- b) "Prática fraudulenta" - deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de aquisição ou a execução de um Contrato em detrimento da Administração, e inclui prática conspiratória entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) destinados a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não-competitivos e privar o órgão licitante dos benefícios da competição livre e aberta;
- c) "Prática conspiratória" - esquema ou arranjos entre dois ou mais concorrentes, com ou sem o conhecimento do órgão licitante, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos;
- d) "Prática coercitiva" - prejudicar ou ameaçar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de aquisição ou afetar a execução de um contrato; e
- e) "Prática obstrutiva":
 - i. Destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais que serão necessárias para a investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir o prosseguimento da investigação sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou
 - ii. Agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito da administração de investigar e auditar.

15. DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

15.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

- a. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- b. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas

decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

- c. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.
- d. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação (listar outros, quando cabível).
- e. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.
- f. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

16. DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

Ituiutaba, 18 de fevereiro de 2026

CONRADO HENRIQUE NASCIMENTO ALVES PEREIRA
Secretário Municipal de Saúde